

HABEAS CORPUS Nº 543.480 - SP (2019/0331200-7)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : **ELZA COSTA DA SILVA SOUSA E OUTRO**
ADVOGADOS : **RENATO PEREIRA NASCIMENTO - SP248923**
 ELZA COSTA DA SILVA SOUSA - SP280852
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **MARCELA FERREIRA CORTEZ (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

MARCELA FERREIRA CORTEZ alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que denegou o HC n. 2211587-40.2019.8.26.0000.

Busca a defesa a conversão da custódia preventiva da paciente – ocorrida pela suposta prática do crime de tráfico de drogas – por prisão domiciliar, em razão de ela ser mãe de 2 filhos menores de 12 anos.

Decido.

Consta do parecer do Ministério Público Federal que, em audiência realizada no dia 13/11/2019, o Magistrado de primeiro grau converteu a prisão preventiva da ré **em prisão domiciliar**, em decisão assim fundamentada (fls. 146-147):

Ante o teor da manifestação ministerial e da concordância da defesa, o juízo entende que a prisão preventiva, considerando-se as peculiaridades do caso, não se mostra necessária.

Suficiente a prisão domiciliar, inclusive em razão do fato da acusada ser mãe de dois filhos menores de 12 (doze) anos. Conforme bem apontado pelo I. Promotor de Justiça, é fato que, na presente audiência, pode-se inferir a dependência da prole em relação à mãe e (ii) o efetivo arrependimento da ré. Nessa senda, imperiosa a aplicação do disposto no art. 318, inc. V, do Código de Processo Penal. Assim, **CONVERTO A**

Superior Tribunal de Justiça

PRISÃO PREVENTIVA EM PRISÃO DOMICILIAR.
Anotar-se que a ré apenas poderá ausentar-se de sua residência com autorização judicial. Expeça-se alvará de soltura. No mais, expedido o alvará e regularizados os autos, retornem conclusos para prolação de sentença.

Por tal razão, fica esvaída a análise das matérias aventadas neste *writ*.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **julgo prejudicado** o habeas corpus, pela perda superveniente do seu objeto.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator